



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO

ATA - TRE-MA/PRES/SGPR/SASUA

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO GESTORA DO PLS DO ANO DE 2026

LOCAL	DATA	INÍCIO	FIM
Reunião presencial da sala de reunião da Presidência e aplicativo Google Meet	04/02/2026, quarta-feira	14h30	15h58

AGENDA

- Ações concluídas em 2025;
- Ações para 2026;
- Resultados das metas dos indicadores mensais;
- IDS 2025 e 2026;
- Ações do Plano de Descarbonização.

Resumo

A Supervisora da SASUA, Ingrid Viégas, iniciou a primeira reunião da Comissão Gestora do [Plano de Logística Sustentável](#) (PLS), destacando a conclusão de 18 ações em 2025 e a necessidade de priorizar e pactuar metas, como a transição da frota para transporte por aplicativo e a aquisição de energia no Mercado Livre. A Comissão discutiu soluções viáveis para a ampliação do sistema de reúso de água para o exterior e a importância de alinhar os indicadores do PLS com o planejamento estratégico do Tribunal. Ingrid Viégas também apresentou os bons resultados nos indicadores mensais, mas expressou preocupação com os custos de transporte e o aumento no quantitativo de impressões, fatores que podem impactar o Índice de Desempenho de Sustentabilidade (IDS).

Detalhes

Aos seis dias do mês de fevereiro do ano de 2026, o Diretor-Geral e Presidente da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável - CGPLS, Klayton Noboru Passos Nishiwaki, deu início à 1ª reunião do ano de 2026 do Plano de Logística Sustentável 2021-2026. Seguindo-se à explanação da pauta pela servidora Ingrid Maina Castro Viégas, Supervisora de Apoio à Gestão de Sustentabilidade e Acessibilidade, a qual também serviu que o plano, elaborado em 2021 durante a gestão do servidor Gilberto, se encerra em 2026, e a comissão precisará elaborar um novo plano para 5 anos.

Inicialmente foi apresentado o [plano de ações 2021/2026](#), conforme os temas propostos pela Resolução CNJ 400/2021. A seguir a servidora apresenta as ações concluídas em 2025:

1. Aquisição de bebedouros com filtro de água alcalina ionizada;
2. Instalação de 4 usinas fotovoltaicas;
3. Sistema de monitoramento remoto de ares condicionados;
4. Campanha de conscientização de servidores (as) quanto ao uso consciente de água e formas de evitar desperdícios (Cartilhas, Sinalizações, Palestras, etc.);
5. Projeto Moda Legal;
6. Destinação Adequada de Resíduos Recicláveis e Inservíveis
7. Destinação adequada dos resíduos da manutenção predial;
8. Inserir, no próximo planejamento, cláusulas nas obrigações contratuais que possibilitem a adoção de práticas de sustentabilidade na execução dos serviços para minimizar os riscos nocivos à saúde, na forma do art. 5º e 6º da IN 01 da SLTI/MPOG, de 19 de janeiro de 2010;
9. Fortalecer o programa “Semana do Servidor” com capacitações e vivências;
10. Implementar ao menos 4 capacitações anuais afetas aos ODS da Agenda 2030 (Temas: Sustentabilidade, Acessibilidade, Igualdade de Gênero ou raça, Saúde e Bem-estar etc.)

11. 2º Evento da semana da Sustentabilidade do TRE-MA e Premiação Selo Verde;
12. Transformando Nossos Espaços (contemplando dois temas do PLS);
13. Implementar capacitações com o tema equidade e diversidade;
14. Elaboração de plano de descarbonização;
15. Contratação para elaboração de Inventário de EGEE 2024 a 2027 de Emissão de CO2;
16. Capacitar servidoras e servidores do TRE-MA sobre descarbonização;
17. Substituição de pelo menos 25% do combustível utilizado no TRE-MA por etanol.

Dando prosseguimento, a mencionada servidora apresenta as ações iniciadas em 2025 para conclusão em 2026 e as não concluídas em 2025, abrindo o diálogo à CGPLS para deliberação sobre essas medidas.

Ações Iniciadas para Conclusão em 2026

1. Compras de crédito de carbono;
2. Impressão Consciente - Limitar o quantitativo de impressões por servidor/unidade;
3. Aquisição de energia elétrica pelo Mercado Livre de Energia;
4. Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte de passageiros por demanda através de aplicativo.

Ações Não Concluídas em 2025

1. Ampliação do sistema de reúso de água dos condicionadores de ares
2. Ampliação do sistema eletrônico de segurança

Das ações mencionadas acima, coube à Supervisora Ingrid Viégas destacar a conclusão de 18 ações de sustentabilidade no ano anterior. Ela enfatizou a importância da ASLAC e ASLIC para priorizar e concluir o plano de ações, especialmente em processos que envolvem contratação. Menciona também que quatro painéis fotovoltaicos foram instalados sem custos ao TRE-MA, por meio do edital de eficiência energética, e a próxima fase envolve um curso de capacitação obrigatório que precisa ser concluído o mais breve possível.

Ampliação do sistema eletrônico de segurança: Ingrid Viégas destaca que essa ação de vigilância eletrônica é crucial porque é a única do tema Vigilância no PLS, e a ausência de pelo menos uma ação em cada tema já resultou em perda de pontos para outros tribunais perante a avaliação do CNJ.

O Diretor-Geral Klayton Noboru menciona que a licitação é de alto valor e não cabe no orçamento ordinário de 2026. A estratégia definida em reunião com a segurança e a Assessoria de Licitações foi focar nas prioridades (Fórum da capital e Secretaria) através de uma licitação por registro de preço para uma estrutura mínima (gravador e câmeras). O objetivo é assegurar uma estrutura mínima em 2026 e planejar a licitação maior para o orçamento de 2027.

Sendo assim, **ficou definido e aprovado que a Coordenadora da Comissão, Ingrid Viégas, irá enviar o SEI de monitoramento à ASIPO para informar as novas datas da ação e destacou que as datas devem ser as mesmas a serem inseridas no PAC.**

Ampliação do Sistema de Reúso de Água: a supervisora Ingrid Viégas levantou a questão da ampliação do sistema de reúso de água, que a gestora Fitene sugeriu excluir por inviabilidade, pois o sistema atual no prédio anexo já esgotou sua capacidade de captação. O servidor Gilberto Martins Moreira ressaltou que, embora não seja uma necessidade premente, é crucial ter uma ação no tema água no PLS, já que a ação atual tem aproximadamente oito anos.

Proposta de Solução para Reúso de Água no Interior: O servidor Acácio sugeriu uma solução simples e barata que ele implementou em Balsas, onde instalou um cano na saída do dreno de ares-condicionados para irrigar plantas e canteiros, uma prática que já lhe rendeu um prêmio. Ingrid Viégas, Gilberto Moreira e o Coordenador José de Ribamar Borges (Zeca) concordaram que essa solução é a mais viável e simples para ampliar a ação para fóruns e cartórios eleitorais próprios do interior, evitando custos de energia, pois utilizam gravidade.

A Comissão decidiu que a ação de reúso deve continuar, mas demandará ao setor técnico (DINFRA/SENAR/SEMAP) que estude uma solução simples e barata, aproveitando o contrato de manutenção. Eles planejam formalizar as iniciativas já existentes, como as de Acácio e Danilo na Zona Eleitoral em São João del-Rei, como evidências de ampliação. Acácio destacou que a prática dele já foi cadastrada e premiada

mo boa prática.

A chefe da Seção de Engenharia e Arquitetura, Fitene Marques, foi convocada à reunião e mencionou que essa instalação é de competência da SEMAP, no entanto concordou em verificar realmente a pertinência da instalação de sistema de reuso de água de ar condicionado e o fim a que se destina nos cartórios do Poder Judiciário levando em consideração características tais como: possui serviço de jardinagem? O chefe de cartório tem interesse por jardinagem e horticultura? Terá algum servidor/requisitado/terceirizado que cuidará da manutenção do sistema? Considerando ainda que 2026 é ano eleitoral.

Necessidade de Repactuação de Metas e Prazos Ingrid Viégas destacou a importância de que os gestores se atentem aos prazos das ações para evitar alterações nos relatórios e planos enviados ao CNJ, especialmente o plano de descarbonização. Ela mencionou que haverá prazo para revisão das metas do PLS do TRE-MA após a reunião, justificando que qualquer alteração deve ser bem fundamentada, pois essas metas estão definidas desde 2021 e o ciclo atual do PLS já está finalizando.

Integração do PLS com o Planejamento Estratégico: o Assessor Sherlan sugeriu utilizar a metodologia do sistema SIGGO para acompanhar os indicadores metas do PLS, melhorando a gestão. A Coordenadora Karla Abdala apoiou a sugestão e enfatizou a necessidade de demandar formalmente à COSIN do Guardião, reconhecendo que a demanda pode levar tempo. Ingrid Viégas e Karla Abdala concordaram que os indicadores do PLS devem ser alinhados aos objetivos do planejamento estratégico do Tribunal.

- **Sobre as ações do Plano de Descarbonização ([acesse-o aqui](#)):**

As quatro ações previstas para conclusão em 2025 (curto prazo) foram finalizadas e são as:

1. Ampliar o sistema fotovoltaico com implantação de 4 novas unidades de geração fotovoltaica;
2. Contratar capacitações aos servidores sobre descarbonização;
3. Reduzir em 25% o consumo de gasolina, adotando etanol nos abastecimentos;
4. Contratar consultoria para realização dos inventários de 2024 a 2027.

Das de médio, as três foram iniciadas, cabendo as observações abaixo:

1. Aquisição de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre (ACL);
2. Transição da frota própria para frota terceirizada;
3. Realizar ações de compensação de emissões de CO₂ com aquisição de créditos de carbono.

Sobre a **Transição de Frota para Transporte por Aplicativo**, a Coordenadora Luciana Linard mencionou que está em andamento. Há a contratação de serviço de transporte de passageiros por aplicativo na região metropolitana, já com licitação e vencedor definido. O objetivo a médio e longo prazo é diminuir a frota própria para reduzir gastos com combustível e manutenção, focando em manter apenas veículos oficiais essenciais. Ela ainda indicou que este processo licitatório está em fase final, alinhado com a ação de transporte no campo da descarbonização.

A citada Coordenadora levantou a preocupação de que o prazo de março de 2026 para a transição da frota própria, uma ação de médio prazo, não é viável, especialmente em ano eleitoral, pois a substituição depende da deterioração dos veículos existentes. Ela sugeriu que a transição deve ser mais gradual, com manutenção dos veículos quando se tornarem antieconômicos devido ao alto custo de manutenção.

Há a necessidade de estudo e repactuação do prazo para a transição da frota, sendo necessário um estudo que considere o histórico de custo de manutenção, valor atualizado e o ano dos veículos, para determinar quais são inservíveis. Ingrid Viégas sugeriu repactuar o prazo final para 2030, conforme a Resolução nº 594 do CNJ, e Luciana Linard que além disso devia-se alterar a meta de 100% para uma transição parcial, como 60%. O Diretor-Geral sugeriu que os envolvidos devem fazer uma reunião para planejar a transição, visando um horizonte de 3 anos, e projetar a necessidade no orçamento de 2027 para aquisição de veículos. Aprovado pela Comissão, logo **o novo prazo final para transição da frota própria, para todos os veículos oficiais, é de até dezembro de 2029.**

Aquisição de Energia Elétrica no Mercado Livre: o servidor Gilberto Moreira expressou preocupação com a ação de aquisição de energia elétrica no Mercado Livre, com prazo de janeiro de 2026, por se tratar de uma mudança sensível na matriz energética. Ele perguntou sobre a possibilidade de contratar consultoria para auxiliar no processo licitatório e na elaboração dos artefatos técnicos, dada a complexidade e falta de experiência em órgãos públicos federais com esse tipo de compra.

O Assessor Sherlan sugeriu que o objeto da contratação fosse bem definido e que a equipe técnica de

tação fosse consultada. Gilberto Moreira informou que um estudo técnico está pronto e que o projeto será oritário. O Diretor-Geral identificou um pregão do Ministério da Defesa com objeto semelhante, o que pode r um precedente útil. **E solicitou que o servidor Gilberto entrasse em contato com o pessoal da PRO e da Fiocruz para analisar os documentos relacionados à aquisição de energia elétrica no Mercado Livre e depois retornará com os próximos andamentos, sem descartar a possibilidade de contratação da assessoria desde que fossem observados os requisitos apontados pela ASLAC.**

Plano de Descarbonização e Metas de redução de Combustível: Ingrid Viégas levantou questões sobre a lógica da meta de reduzir o consumo de combustível à gasolina em 25% a cada ano (2026, 2027, 2028), em comparação com 2025, para trocar por etanol. Ela sugeriu que, para ser uma ação de longo prazo e representar uma continuidade gradual, as reduções deveriam ser cumulativas, como 25% em 2026, 50% em 2027 e 75% em 2028, em relação à mesma base de 2025, e buscou esclarecimento para poder elaborar o plano. Ingrid Viégas mencionou que essa ação já foi implantada, atingindo 25% de substituição por etanol, e que o próximo passo seria verificar o percentual atual de substituição. **Ficou definido e aprovado que a COSEM deverá informar a meta de forma clara após envio do SEI pela SASUA.**

Substituição de Gás e Aquisição de Máquinas: Em relação às ações do plano de descarbonização, o Coordenador José de Ribamar informou que, das 154 máquinas de ar condicionado com gás R22 (não ecológico), 45 máquinas já foram substituídas, atingindo cerca de 29,22% de substituição. Ele afirmou que a expectativa é trocar um percentual superior em 2026 ao que foi feito em 2025, considerando o processo de aquisição e o registro de preço em andamento, o que torna a meta perfeitamente factível.

Créditos de Carbono e Parceria com a UFMA: o Coordenador José de Ribamar sugeriu ainda que o Tribunal poderia buscar um convênio com a UFMA, aproveitando um projeto deles de limpeza de lagoas que gera concentração de carbono blue (carbono azul), para evitar a compra de créditos de carbono, destacando que essa seria uma opção de custo praticamente zero para o Tribunal. Gilberto Moreira mostrou receptivo, mencionando ter contato com o pessoal de sustentabilidade da UFMA, e se ofereceu para consultar sobre a parceria, embora ressaltasse a importância da compra de crédito de carbono como uma inovação. **Assim ficou deliberado que o servidor Gilberto irá entrar em contato com a UFMA para avaliar essa possibilidade, visando aproveitar recursos gratuitos e evitar a dependência exclusiva da compra de créditos.**

• Plano de Logística Sustentável e suas metas e indicadores

Índices de Desempenho Mensais e Metas do TRE: Ingrid Viégas apresentou os resultados das metas dos indicadores mensais do TRE, informando que a organização atingiu todos os indicadores estabelecidos. Ela relatou uma redução no consumo de papel (de 2,4 para 1,3 por força de trabalho), no consumo de energia (de 2500 kW para 1610 kW por força de trabalho), e no consumo de água (de 8,7 m³ para 7,16 m³), com a redução de energia sendo atribuída também às usinas. Parabenizando a servidora Helena e o servidor Clavius Márcio, chefes da SEGAL e SESEG respectivamente. No entanto, ela expressou preocupação com o quantitativo de impressões, que aumentou em 2024, ficando perto de não atingir a meta, o que poderia ser prejudicial se este indicador caísse no IDS.

Índice de Desempenho de Sustentabilidade (IDS) e Indicadores do CNJ: Ingrid Viégas apresentou a série histórica do IDS do Tribunal, cujo índice atual é de 73,76%, e projetou que o resultado de 2025 (a ser publicado em junho de 2026) aumente um pouco, mas provavelmente não ultrapasse 80%. Ela explicou que o CNJ escolhe um conjunto de indicadores a cada ano (10 ou 12), sendo que alguns indicadores não são escolhidos nos últimos três anos, embora a forma de calcular possa mudar.

Preocupações com Indicadores Recorrentes: Ingrid Viégas manifestou preocupação com a meta do gasto de transporte, que engloba passagens aéreas e rodoviárias, gasto com combustível, manutenção e contrato de motorista. Ela acredita que o gasto com passagens diminuirá, e espera que o gasto com combustível também seja menor que em 2024. Outro ponto de preocupação foi o gasto com telefonia, que teve um aumento nos últimos meses de 2025 devido à inclusão de um custo que havia sido zerado na prestação anterior.

Selo CNJ e Importância do IDS: o servidor Gilberto Moreira destacou que a sustentabilidade é a segunda sessão que mais pontua para o Selo CNJ. O Assessor Valdeci reforçou o peso do IDS no prêmio CNJ, valendo 50 pontos, e o impacto que um IDS acima de 80% (como o Tribunal de Rondônia no ano passado) tem na pontuação total. A servidora Ingrid Viégas enfatizou que o IDS é um esforço conjunto de todo o TRE, e que o transporte e as impressões (caso este indicador seja incluído) são os atuais gargalos, sendo que o

consumo de energia não é mais um problema.

Planejamento de Logística Sustentável (PLS) e Novas Ações: a supervisora Ingrid Viégas compartilhou o link do PLS na internet e suas metas, como a de consumo de papel em 2,9 resmas por força de trabalho para 2026. Ela destacou a política de não comprar mais copos descartáveis de plástico, incentivando o uso de materiais biodegradáveis. Em termos de novas ações culturais, ela anunciou a implementação de “ilhas de café” e a retirada de bebedouros de cada sala, sendo substituídos por filtros, ações que ocorrerão após a instalação dos filtros.

Metas de Sustentabilidade em Contratações: O Assessor Sherlan Viégas explicou que, embora seja obrigatório incluir critérios de sustentabilidade em todas as contratações, algumas não permitem, como o caso de software, e nestes casos, a contratação será retirada do cálculo para que o Tribunal não seja prejudicado.

A supervisora Ingrid sugeriu estender a participação nas reuniões do PLS para as unidades gestoras que trabalham diretamente com os indicadores do PLS, pois isso ajudaria a melhorar o IDS e os indicadores. **E para finalizar mencionou que enviará o Relatório de atividades de 2025 para aprovação da Comissão antes do dia 27 de fevereiro com as metas do PLS ano-base 2026 às unidades envolvidas. Assim como** irá solicitar a inclusão da Secretária-geral da Presidência, Viviane Medeiros, na Secretaria da Comissão do PLS.

Conclusão e Planejamento Futuro: O Diretor-Geral agradeceu a presença e o empenho de todos os setores e reforçou a importância de avançar na pauta de sustentabilidade, não apenas pelo prêmio, mas pela contribuição social do Tribunal através das reduções. Ele destacou a necessidade de trabalhar de forma planejada, especialmente em ações de longo prazo que impactam os resultados futuros do IDS, com foco em alcançar as metas até 2030.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável 2021-2026 agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às 15h58 do dia 4 de fevereiro de 2026.

Eu, Ingrid Janaina Castro Viégas, lavrei esta Ata e a subscrevi.

PRESENÇA	
NOME	CARGO/UNIDADE
Comissão GESTORA DO PLS E DEMAIS CONVOCADOS	
KLAYTON NOBORU PASSOS NISHIWAKI	DIRETOR E PRESIDENTE DA COMISSÃO
ACÁCIO VIEIRA CARNEIRO FILHO	CHEFE DA 22ª ZONA ELEITORAL - BALSAS
CLAVIUS MARCIO BRITO MELO	CHEFE DA SEÇÃO DE CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS
FITENE CALDAS MARQUES	CHEFE DA SEÇÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA
GILBERTO MARTINS MOREIRA	ASSISTÊNCIA DE GESTÃO SUSTENTÁVEL
GILSON RODRIGUES BORGES	SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS
HELENA ANTÔNIA DE SOUSA PAIVA	CHEFE DA SEÇÃO DE GESTÃO DE ALMOXARIFADO
INGRID JANAINA CASTRO VIEGAS	SUPERVISORA DE APOIO À GESTÃO DE SUSTENTABILIDADE E ACESSIBILIDADE
JHESSYKA YASMINNI LOBO FERREIRA FERNANDES FELICIO	ASSISTENTE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL E POLÍCIA JUDICIAL
JOSÉ DE RIBAMAR BORGES SOUZA	COORDENADOR DE INFRAESTRUTURA E MANUTENÇÃO
KARLA DE FARIA ABDALA FÉLIX	COORDENADORA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E MODERNIZAÇÃO
LUCIANA LINARD SILVA MALVEIRA	COORDENADORA DE SERVIÇOS E MATERIAIS
LUIZ HENRIQUE MENDES MUNIZ	SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
ROBERTO MAGNO AGUIAR FRAZÃO	SUBSTITUTO DO ASSESSOR-GERAL DA CORREGEDORIA
ROSEANA MARIA FERNANDES SANTOS DE SOUSA	SUBSTITUTA DO SECRETÁRIO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
SHERLAN BUHATEM ANUNCIAÇÃO	ASSESSOR DE LICITAÇÕES, AQUISIÇÕES E CONTRATOS
VALDECI RIBEIRO DA SILVA Jr	ASSESSOR DO GRUPO DE PESQUISAS JUDICIÁRIAS
VANESSA CONCEIÇÃO DA SILVA	ASSISTENTE DE GESTÃO SUSTENTÁVEL
VIVIANE MEDEIROS LIMA	SECRETÁRIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA



Documento assinado eletronicamente por **VANESSA CONCEICAO DA SILVA, Técnico Judiciário**, em 19/02/2026, às 17:42, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **SHERLAN BUHATEM ANUNCIAÇÃO, Assessor(a)**, em 19/02/2026, às 18:15, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ROSEANA MARIA FERNANDES SANTOS DE SOUSA, Técnico Judiciário**, em 19/02/2026, às 18:25, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **KARLA DE FARIA ABDALA FÉLIX, Analista Judiciário**, em 19/02/2026, às 18:29, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ HENRIQUE MENDES MUNIZ, Secretário(a)**, em 19/02/2026, às 18:36, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **KLAYTON NOBORU PASSOS NISHIWAKI, Diretor Geral**, em 19/02/2026, às 18:49, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **VALDECI RIBEIRO DA SILVA JR, Assessor(a)**, em 19/02/2026, às 19:08, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ROBERTO MAGNO AGUIAR FRAZÃO, Coordenador(a)**, em 20/02/2026, às 09:16, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FITENE CALDAS MARQUES, Analista Judiciário**, em 20/02/2026, às 09:24, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ DE RIBAMAR BORGES SOUZA, Coordenador(a)**, em 20/02/2026, às 13:23, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **VIVIANE MEDEIROS LIMA, Secretário(a) Geral da Presidência**, em 22/02/2026, às 17:37, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA LINARD SILVA MALVEIRA, Coordenador(a)**, em 23/02/2026, às 12:04, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JHÉSSYKA YASMINI LOBO FERREIRA FERNANDES FELICIO, Assistente**, em 23/02/2026, às 17:19, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **HELENA ANTÔNIA DE SOUSA PAIVA, Chefe de Seção**, em 24/02/2026, às 15:16, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **INGRID JANAINA CASTRO VIEGAS, Assessor(a)**, em 25/02/2026, às 18:57, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARIA FRANCISCA GUALBERTO DE GALIZA, Corregedora Regional Eleitoral**, em 25/02/2026, às 19:23, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **DANIEL DANTAS PALMEIRA SOBRAL, Assessor Chefe da Corregedoria**, em 25/02/2026, às 19:24, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ma.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2687371** e o código CRC **1C76790A**.

